

01



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

1965

POSICÃO ECONÔMICA ATUAL

VOLUME VIII

EDUCAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO

C. B. P. E.

Banco Internacional para Instrução e Desenvolvimento

B1. 4

ÚNICA CÓPIA COMPLETA

COM AS TABELAS EM  
TERMO-FAX.

(O original foi enviado a  
D. Zenaidé C. Schultz :  
Centro Regional de Construcciones  
Escolares para América Latina -  
- CONESCAL -  
MÉXICO )

9 Anexos Em 20.9.65

ERu



BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO

Posição Econômica Atual e  
Prospectos do Brasil

VOLUME VIII  
Educação

26/2/65

Departamento do Hemisfério Ocidental

ÍNDICE

Educação (resumo) .....	1
Educação (geral) .....	4
Sistema Educacional .....	7
Educação Primária .....	9
Educação Secundária .....	10
Educação Superior .....	15
Emprego de Agrônomos e Veterinários .....	18
Potencial Humano .....	19
Investimentos .....	21
Problemas do Setor Educacional .....	29
Recomendações .....	30

## Anexos

Aumento de Matrículas .....	Anexo 1
Matrículas por Série e Idade .....	2
Matrículas por Série e Sexo .....	3
Educação Secundária .....	4 a 7
Ensino Extraprimário .....	8
Educação Superior .....	9 a 11
Potencial Humano .....	12
Despesas do MEC e Rendimento dos Impostos .....	13
Despesas em Educação .....	14 a 18
Atividades do SENAI .....	19

VOLUME VIII  
EDUCAÇÃO  
RESUMO

A educação emprega direta ou indiretamente cerca de 10 milhões de pessoas e abrange gastos de cerca de 650 milhões de dólares, anualmente. As tarefas educativas são influenciadas mais profundamente pelas características da população: pelo fato de que esta totaliza cerca de 80 milhões de habitantes, aumenta anualmente em proporção superior a 3%, inclui grande número de analfabetos e se espalha por mais de 8 milhões de km<sup>2</sup> de regiões com grandes diferenças de recursos e padrões de vida. Embora as matrículas escolares estejam aumentando em velocidade maior do que a população, a velocidade do aumento no ano inicial e nos demais é ainda insatisfatória.

2. Quase todas as responsabilidades da educação primária recaem sobre as autoridades municipais. Apenas 50% da população em idade escolar (8 em cada 15 milhões) matricula-se. O baixo nível profissional dos professores e a inadequação de facilidades e currículos resulta em considerável desperdício, por exemplo, apenas metade dos alunos matriculados no primeiro ano ultrapassa o segundo.

3. Em nível secundário as responsabilidades recaem quase totalmente sobre os estados. Apenas 15% da população em idade escolar secundária se matricula. A distribuição das matrículas é inadequada às necessidades de um país com as realizações do Brasil. Apenas 4% dos estudantes matricula-se nos cursos industriais e agrícolas neste nível e, em consequência, há séria carência de técnicos capazes de assistir a profissionais e administradores. Este é o principal problema apresentado pelo setor educacional. Os currículos são excessivamente acadêmicos e sistema de exames constitui uma série de barreiras, que tornam difícil para o estudante médio atravessar os sete anos de educação secundária. A maior parte dos professores não trabalha em tempo integral.

4. A educação superior fica a cargo de instituições au

tônomas que são, em sua maioria, financiadas por recursos federais. A percentagem de estudantes em relação ao grupo de idade apropriada é 3 ou 5 vezes mais baixa do que nos países com desenvolvimento semelhante. A autonomia das faculdades dentro das instituições conduz a considerável desperdício de facilidades e recursos financeiros. A distribuição dos estudantes por cursos deixa muito a desejar no que se refere às necessidades econômicas.

5. As escolas particulares desempenham papel relativamente grande, atendendo a 11% dos estudantes primários, 56% dos estudantes secundários e 40% dos estudantes superiores. O documento do Plano calcula que cerca de 20% das despesas com a Educação provém de fontes privadas, mas este cálculo está provavelmente bem abaixo da realidade.

6. A função federal na educação foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1961. As medidas educativas tomadas em nível nacional ficam a cargo do Conselho Federal de Educação (um corpo de 24 educadores por prazo de seis anos), que dedicam uma semana inteira de cada mês ao trabalho no Conselho; os Conselhos Estaduais de Educação servem de elo entre os programas de medidas federais e estaduais. A lei estabelece que 12% dos impostos federais e 20% dos municipais e estaduais devem ser dedicados à educação. O Ministério da Educação é o órgão executivo em nível federal e, como tal, é o agente do tesouro. A assistência federal expande-se em proporção inversa à riqueza regional. As provisões básicas da Lei foram aprovadas em geral pela sociedade brasileira.

7. As despesas nacionais totais em educação, sendo uma percentagem do Gross Domestic Product (GDP), aumentaram de 2,6% em 1959 para 3,5% em 1962 e, segundo os cálculos do plano, 4,2% em 1964. Este último acréscimo está ligeiramente acima do alvo proposto pelo Acôrdo de Punta Del Este. Há poucas informações disponíveis sobre a distribuição de despesas, assim como sobre investimentos e computos periódicos; os cálculos financeiros tornam-se confusos porque há despesas que são computadas duas e até três vezes nos vários níveis governamentais.

8. É impossível analisarmos em detalhe a eficácia dos gastos em diversos níveis, mas é evidente que certas necessidades primordiais não são atendidas. Houve, por exemplo, grande desperdício na construção de prédios, principalmente universitários, mas, também, de nível mais baixo. Durante um período em que o desenvolvimento econômico do país exigia mais administrado

res, técnicos e operários altamente qualificados, o sistema de educação pública ainda estava expandindo programas acadêmicos tradicionais.

9. O Programa de Ação não tem caráter executivo, mas encerra a definição básica do programa federal para a Educação. As metas baseiam-se em objetivos a longo prazo, que são os seguintes para 1970:

Educação Primária - matrícula de 11 milhões de crianças no grupo de idades 7-11, 3 milhões no grupo 12-14 ou 80% do grupo de 7 a 14 anos, calculado em 17,3 milhões.

Educação Secundária - matrícula de 3 milhões de estudantes ou 21,5% do grupo de 12 a 18 anos, calculado em 13,9 milhões.

Educação Superior - matrícula de 300 000 estudantes ou 3/1000 habitantes, o que representa um acréscimo de 50% sobre os índices atuais.

10. As despesas para enfrentar os objetivos do Plano deverão aumentar 5,7%, segundo o GDP (Gross Domestic Product) em 1966, o que daria ao Brasil uma das maiores cifras do mundo no setor, se alcançadas. Considerando os resultados abaixo dos ideais que estão sendo obtidos com as despesas educacionais, principalmente em nível primário, e as medidas necessárias para a eficácia desses gastos em todos os níveis, o aumento de despesas projetado para um ano ou dois futuros é difícil de ser justificado. Além do mais as metas são excessivamente otimistas em relação ao progresso a ser esperado em tão curto prazo. Alcançar a meta para a Educação Primária significaria o treinamento prévio de meio milhão de professores, por exemplo. Os argumentos são, portanto, intensamente contrários a qualquer aumento substancial das despesas totais em educação, como percentagem do GDP. Tomando por base a proporção de 4,2 e o aumento de 6% ao ano no GDP, é provável que as despesas totais em Educação atinjam as cifras de 850 bilhões em 1966.

11. O principal problema é o de adaptar melhor os reursos disponíveis para a Educação às necessidades econômicas reais. Por exemplo, a lei prevê que a contribuição federal seja distribuída em proporção igual à educação primária, secundária e superior. Na realidade, as cifras orçamentárias indicam que a educação secundária e superior tem recebido maior proporção dos fundos, baseada em considerações prioritárias. Seria aconselhá-



vel tornar essas porcentagens optativas, obtendo cada ano a aprovação do Congresso para os números desejados.

12. O problema principal no nível técnico é a falta de planejamento, o estabelecimento de prioridades e a adesão a essas prioridades nas apropriações federais e estaduais. Há, atualmente, sérias deficiências nas escolas, tais como currículos inadequados, falta de professores formados e ausência de coordenação em todos os níveis do sistema. Fortalecer o corpo docente e a influência do Conselho Federal é uma necessidade urgente, formando um órgão de planejamento. Esse órgão ajudaria as autoridades regionais a programar e preparar os orçamentos. Há necessidade de mais restrito controle da disposição dos fundos federais. Um inventário dos recursos existentes seria muito útil ao planejamento educacional.

13. Não há departamento público destinado a estudos e levantamentos acerca do potencial de trabalho físico humano disponível no Brasil. Contudo, a educação técnica não deve ser retardada à espera da realização de novos levantamentos e estudos; há suficiente evidência da necessidade do impulsionamento da execução dos projetos. Felizmente o Brasil possui o SENAI, ativo neste campo. Na estrutura governamental há necessidade de um órgão neste setor.

14. Finalmente, a melhoria da formação e status dos professores merece a máxima prioridade. Já estão abordando o problema no nível da educação superior, esperamos que ação semelhante será tomada em outros níveis, especialmente no nível da educação média industrial e agrícola. Note-se que o baixo custo "per capita" do aluno na escola primária, em comparação com os outros países, explica-se pelos salários extremamente baixos pagos aos professores. Esses deverão trabalhar em tempo integral logo que fôr possível.

## E D U C A C Ã O

### GERAL

1. Há séria preocupação com o sistema educacional brasileiro, não apenas devido à sua importância social e econômica, mas, também, por sua extensão. A educação é realmente a maior "indústria" do país, envolvendo cerca de 10 milhões de pessoas e

despesas gerais de cerca de 650 milhões de dólares americanos ou 4,2% do Gross Domestic Product (GDP).

A análise da missão deu importância à aplicação adequada dos fundos educacionais no Brasil e aos principais problemas no setor. Devemos ter em mente que os fatores ambientais têm muito forte influência sobre a educação brasileira - especialmente a distribuição e aumento da população, a área do país e suas disparidades regionais.

2. Não há dados exatos e recentes relativos à estrutura da população. O censo de 1960 ainda está em andamento. Os números atualmente usados pelas autoridades brasileiras, inclusive o Ministro do Planejamento, são cálculos baseados no censo de 1950. Apoiam-se na suposição de que a distribuição da população, em números relativos não mudou significativamente durante mais de uma década. Tal suposição deve porém ser falsa num país onde se supõe que o aumento anual da população seja de mais de 3,5%. Sem dúvida, em consequência disso os grupos em idade escolar dilataram-se, de modo que os documentos de planejamento subestimam a magnitude do problema educacional.

3. Há suficientes provas de que atualmente 50% ou mais da população está abaixo de 18 anos; 60% ou mais vive nas áreas rurais; 50% ou mais do grupo de 10 anos de idade é composto de analfabetos (esse número era de 70% em 1920); e 50% das crianças em idade escolar não cursam atualmente a escola primária por diferentes motivos como: distância, situação econômica, deficiências de saúde etc. Além do mais, a população ainda está crescendo em todo o país numa média de 3,5% (e até 6% nas principais áreas urbanas). A população brasileira dobrou nos últimos 25 anos, e há a tendência de prosseguir aumentando.

População Brasileira (1940-1980)  
(em milhões)

<u>1940</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1964</u>	<u>1970</u>	<u>1980</u>
41	52	71	80	95	112

A população cresce com tal velocidade que é necessário criar mais de um milhão de empregos por ano. As matrículas nos diferentes níveis de educação tem aumentado em velocidade muito maior do que a população; durante os últimos seis anos o aumento

anual tem sido de 5% a 9% no primário, 9% a 13% no secundário, e 6% a 12% na educação superior, sendo provável o acréscimo contínuo.

4. Contudo, o aumento de matrículas iniciais e das demais não é ainda satisfatório, pois metade da população em idade escolar primária não está na escola (isto é, cerca de 7 milhões de crianças); mais de metade das que entram para o 1º ano não alcançam o 2º. Apenas 15% da população em idade escolar está matriculada.

Embora as matrículas nas escolas técnicas de nível médio tenham aumentado 50% durante os últimos 5 anos, em relação aos estudantes dos cursos industrial, comercial e agrícola, a educação industrial ainda representa menos do que 4% das matrículas totais na educação secundária. As cifras para a educação superior são ainda menos favoráveis, sendo 5 vezes mais baixas do que nos países vizinhos, Argentina e Uruguai, de acordo com o levantamento da USAID realizado em 1964.

5. Além do mais, a população escolar está distribuída por um imenso território de 8 milhões de km<sup>2</sup>, onde as condições regionais são completamente diversas umas das outras: o clima, os recursos, o custo de vida, as características sociais, etc. são completamente distintas entre qualquer dos estados nordestinos, por exemplo, e os estados sulinos. Felizmente a unidade do Brasil, histórica e linguística, é um fato, de modo que essas discrepâncias, embora importantes, podem ser superadas. Em seu programa de ação o governo pretende enfrentar as necessidades locais com os recursos locais e a assistência Federal, sendo esta dispensada com prioridade às áreas mais necessitadas.

## SISTEMA EDUCACIONAL

### Estrutura Geral

6. O sistema educacional brasileiro (público) se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases aprovada pelo Congresso em dezembro de 1961. Após 2 anos de experiência, pode-se dizer que a intenção básica do Plano ganhou a aprovação geral da sociedade brasileira.

7. A Lei estabelece que a entidade responsável pelas medas educacionais é o Conselho Federal de Educação, constituído de 24 educadores, cuidadosamente recrutados e nomeados pelo Presidente da República por 6 anos. O Conselho reúne-se uma semana cada mês para estudar as suas atribuições; atuando como contraparte em cada capital da nação, há um Conselho Estadual que é responsável pela adoção e supervisão dos programas estaduais e regularizações baseadas no sistema federal, mas concebido para enfrentar os recursos e necessidades locais.

8. O Ministério da Educação é o agente executivo no Plano Federal, e como tal é o agente do Tesouro Federal do país: no plano regional 11 estados têm um Secretário de Estado para a Educação e, em 9 outros, há departamentos ou divisões de Educação para executar seus próprios programas.

9. A Lei estabelece que 12% do rendimento do Impôsto Federal e 20% do rendimento do Impôsto Municipal e Estadual devem ser empregados na educação. Assim há uma enorme discrepância de reursos entre as cidades e Estados (pobres ou ricos). Como corre-ção para esta situação, a mesma Lei estabelece que a distribuição de verbas do Fundo Nacional para os Estados (e as Municipalidades a-través dos Estados) será feita em proporção inversa às suas fontes.

10. Há ainda um muito pequeno contrôlo no plano nacional nas despesas feitas atualmente no campo da educação. Esta é a verdade, embora o Ministério Federal de Educação atue como agente do Tesouro e o Ministério das Finanças colete elemento global no plano estadual e municipal (xx). Os Fundos Federais são gastos através de representantes locais do Ministério da Educação, de acôrdo com o orçamento adotado pelo Congresso Nacional e a percentagem estabelecida pela Lei; os pagamentos são feitos em quantias globais aos governos estaduais em base mensal (usualmente com um atraso de (xx) ver anexos 15, 16, 17 .

vários meses). Com exceção de alguns Estados (São Paulo, Guanabara veja anexo 18), ficou provado ser praticamente impossível para essa missão ou para os fins mencionados que diretores do Ministério Brasileiro de Planejamento obtivessem dados seguros sobre a distribuição das despesas atuais em nível Municipal e Estadual - entre as principais categorias de educação, ou entre investimentos e despesas periódicas, e futuramente entre despesas pessoais e outras. O Ministério da Fazenda está também experimentando conseguir melhor informação sobre esse assunto e, também, com a mesma finalidade, estão trabalhando outras instituições autônomas, tais como: INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a CAPES, mas sem sucesso até agora.

11. Embora o sistema educacional brasileiro possa ser considerado satisfatório em sua estrutura básica, é evidente que os órgãos responsáveis, particularmente o Conselho Federal e o MEC, não teriam meios suficientes, tanto em termos de pessoal qualificado, como em termos de recursos financeiros, para estabelecer, impor e controlar a execução de um programa nacional; nem sempre esses órgãos cooperam em assuntos de interesse mútuo, não mantêm controle suficiente com outras agências governamentais, especialmente com os Ministérios do Planejamento, Finanças, Agricultura, Indústria e Trabalho, nem com os setores públicos concernentes. É também óbvio que os processos administrativos e financeiros têm de ser revisados e atualizados nos níveis Federais, tanto como nos Estaduais e Municipais. Medidas tomadas para aperfeiçoar a administração do programa educacional seriam consideradas um fator favorável nas negociações de assistência externa. Contudo, é necessário cuidar para que melhoramentos administrativos e processuais não sejam feitos às expensas do esforço e iniciativas regionais e setoriais. Em qualquer caso, a adoção de reformas recomendadas não deveria ser considerada uma condição prévia para o início ou expansão de programas educacionais; tanto mais que, a própria seleção e execução dos projetos de alta prioridade, assim como as realizações imediatas de tantas tarefas práticas, poderiam ter um efeito de demonstração muito valiosa para fins administrativos.

12. Na área de projetos de assistência técnica, a prioridade deveria ser dada ao Conselho Federal de Educação. Esta assistência deveria ser principalmente orientada em direções:

- a) estabelecimentos de um programa nacional e a supervisão de sua execução;
- b) seleção de projetos dentro de jurisdição Federal para execução imediata;



- c) organização administrativa e
- d) preparação e execução de controle financeiro e orçamentos.

### Educação Primária

13. Embora seu impacto sobre o desenvolvimento econômico do país seja a longo termo, a educação primária no Brasil é de vital importância não somente por seus aspectos sociais e políticos, em contexto muito sensível, mas também porque absorve soma considerável de recursos para um resultado pouco satisfatório: somente 50% da população de 7 a 11 anos está presentemente matriculada na escola primária e uma grande proporção dela deixa a escola ainda considerada analfabeta. Embora o aumento de matrículas daquele nível seja mais alto do que o da população, os não matriculados atingem a 7 milhões (veja anexo 2).

14. O Ministério da Educação tem um Departamento de Educação Primária e várias organizações federais, especialmente o INEP, que trabalham neste campo específico. Contudo, o encargo de administração e outros custos é principalmente atribuído aos Estados que são responsáveis por 2/3 das despesas públicas do referido nível. As contribuições federais e municipais são aproximadamente de 15% cada. A contribuição adicional do setor privado é cerca de 20% das despesas públicas.

15. Em 1961, para cada 100 crianças matriculadas no 1º grau no princípio do ano somente 13,5 graduaram-se no fim do mesmo ano no 4º grau (\*); em 1961 e 1962, do 1º ao 2º grau, 55% dos alunos matriculados afastaram-se da escola. O número de repetentes não é disponível, mas é sabido ser muito alto.

16. Em 1962, o número de crianças matriculadas no curso primário, ao chegar o fim do ano escolar, era 14% mais baixo do que no início do ano. Não há elementos relativos ao número de repetentes, mas sabe-se que sua proporção é elevada, especialmente no 1º ano, onde algumas crianças permanecem 4 ou mais anos (zonas rurais).

---

(\*) O 4º grau é o terminal em quase todo o país; o 5º grau representa somente 4% dos matriculados em educação primária e é dado somente por um limitado número de estabelecimentos; o 6º grau foi introduzido em poucas escolas como uma experiência.

17. As razões de tais desperdícios são inúmeras e se sua importância relativa não é exatamente identificável, contudo são bem conhecidas e reconhecidas pelas autoridades brasileiras; entre os mais importantes fatores estão: a condição inadequada dos professores, um currículo impróprio e padrões não reais da expectativa. Mais do que 48% dos 245 000 professores primários em exercício não receberam instrução profissional (professores leigos). Os currículos são basicamente acadêmicos. O atual sistema de exame no final de certo grau contribue não somente para a grande percentagem de repetentes mas, também, para o estabelecimento de uma tão severa seleção, que às vezes é considerada como uma barreira para consecução de níveis sociais mais altos; críticos clamam que progresso educacional para o indivíduo ainda tende a ser uma função de seu status pessoal, social e econômico. Fatores econômicos são também importantes.

18. Esforços são feitos para aperfeiçoar a escola primária. O Ministério da Educação, através do INEP e outras organizações, presentemente está conduzindo um grande censo da população na idade escolar primária. Os governos estaduais, particularmente o Departamento de Educação da Guanabara, está orientando o programa, aumentando a capacidade das instalações existentes por diferentes meios, incluindo a modificação do tempo de trabalho, aperfeiçoando a instrução e condições de vida dos professores. Muitos desses programas são conduzidos através da cooperação externa. Menção especial deverá ser feita aos diferentes projetos promovidos juntamente pelos governos - Federal e locais e especialmente pelo E.E.U.U. no nordeste do país.

19. O programa geral da educação primária estabelece metas para 1970, entre estas, as matrículas de 11 milhões de crianças de 7 a 11 anos, mais 3 milhões de 12 a 14 anos, o que proporciona uma razão de 150 alunos para cada 1 000 habitantes e uma preparação de matrículas de 80% para grupo de idade.

#### Educação Secundária

20. O nível secundário de educação compreende dois ciclos: ginásial e colegial, os quais equivalem a "junior and senior high schools", o ginásial compreende 4 anos e o colegial 3 anos. Três tipos principais de educação podem ser encontrados em cada ciclo: acadêmico, normal ou instrução para professor; técnico, que é dividido em industrial, agrícola e comercial.

21. A responsabilidade financeira da educação secundária repousa predominantemente no Estado (cêrca de 60%), o Governo Federal cuida do equilíbrio e aos municípios não cabe nenhuma responsabilidade. É difícil estimar a contribuição do setor particular para a educação secundária, exceto na instrução industrial, mas estimativas razoáveis colocam-na a um nível igual a 30% das despesas públicas no mesmo campo.

22. Enquanto a educação primária e a superior são gratuitas, a secundária é bastante dispendiosa. Dois terços dos estabelecimentos existentes são particulares e pagos, não obstante recebem subsídios do Governo. Não há praticamente instituições privadas que dêem instrução agrícola (12% do total), enquanto as de instrução comercial perfazem 90%.

23. Somente 15% da população em idade escolar de nível secundário (12 a 18 anos) está matriculada naquele nível, o que é muito baixo para um país que tem a situação econômica do Brasil; a percentagem comparável é de 31% na Argentina, 23% no Chile e 21% na Venezuela, em 1963. As matrículas mostraram uma tendência mais alta até o ano passado, mas decaíram em 1964. O reverso é explicado pela informação de que provavelmente obrigam muitos estudantes a não continuar seus estudos a fim de trabalhar. Nos últimos 5 anos, a taxa de acréscimo sobre o ano anterior foi a seguinte:

<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
9.4	11.1	(em %) 12	17.4	10

A distribuição dos tipos e ciclos de educação é dada nos anexos 4 e 7; 56% dos estudantes estão matriculados nos estabelecimentos privados (xx). Pela distribuição das matrículas, vê-se que 3,2% estão inscritos em instituição industrial, 0,5% em agrícola, enquanto cêrca de 13% em escolas comerciais.

24. Em 1963 a percentagem dos que se ausentaram da escola secundária foi de 9% comparado aos 14% da escola primária, tanto nos estabelecimentos públicos como nos particulares. A relação entre graduados e matrícula, todos no começo do ano, foi de 14%, sendo mais favorável nos particulares (15,7%) do que em educação pública (12,9%); somente 30% daqueles que entram no 1º ano do 1º ciclo ginásial chegam a entrar no 1º ano do 2º ciclo colegial.

---

(xx) 84,4% e 3,4% dos estudantes em educação comercial e agrícola estão matriculados em estabelecimentos privados.

25. O número de professores de nível secundário aumentou de 87 000 para 114 000 (90% são mulheres) durante um período de 5 anos, contudo, é difícil analisar êsses números e outros elementos relevantes são dados nos anexos 4 e 7, pois a maior parte dêsses professores não têm horário integral e muitos têm vários trabalhos, a média geral de professor para alunos neste nível é estimada em 1,15%.

26. Somente 25% do corpo docente está preparado própria - mente, isto é, frequentou Faculdade de Filosofia; 25% é recrutado em nível profissional e suas condições pedagógicas são insuficientes.

27. Em base regional, os 3 estados de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara (cidade do Rio) pagam 52% dos estudantes e 50% dos professores.

28. Embora os currículos estejam sendo revisados e ajusta dos aos padrões mais modernos, ainda há muito a ser feito; não há bastante ênfase em relação à prática nas escolas. Algumas medidas, tais como a criação de comissões para estudar o assunto, têm sido tomadas pelos Conselhos Federais e Estaduais de Educação (S. Paulo, Paraná, Guanabara, M. Gerais) entre os estados mais importantes, mas os resultados não serão tangíveis por vários anos.

29. É no campo específico da técnica educativa, especialmente no ramo industrial, que a maior prioridade deverá ser dada; o Plano Governamental reconhece esta necessidade em suas recomendações. Simultaneamente, o Departamento de Educação Técnica do Ministério Federal de Educação já está dirigindo um programa de instrução sobre técnicos qualificados e está preparando projetos complementares de acordo com agências e instituições internacionais.

30. O rendimento da educação técnica é muito baixo (ver a nexa 5); em 1963 somente 21% dos estudantes graduados em educação secundária foram de nível industrial e 0,5% corresponderam a cruses agrícolas. Foram feitos estudos em ambos os setores pela Fundação Ford e a Fundação Getúlio Vargas (em 1964); outros relatórios foram preparados recentemente sobre êsses assuntos por agências nacionais e estrangeiras, especialmente pela USAID (xx). Todos êsses documentos concluem, como vemos, que alta prioridade deveria ser estendida ao preparo de técnicos e assistentes altamente qualificados. Argumenta-se que êsse tipo de educação muito cara não poderia ser realizada na escala necessária, dentro dos limites do orçamento atual,

---

(xx) 84,4% e 3,4% dos estudantes em educação comercial e agrícola estão matriculados em estabelecimentos privados.



contudo seria muito menos dispendioso treinar adequadamente número su ficiente de técnicos, em vez de educar profissionais em nível univer sitário, os quais teriam que dedicar grande parte de seu tempo à rea lização de trabalhos que poderiam ser feitos por seus assistentes.

31. Por exemplo, no Estado de São Paulo, em 1963, entre cerca de 1 173 650 pessoas empregadas na indústria, somente 0,35% compunham-se de técnicos de nível secundário. Em números absolutos, havia mais engenheiros formados do que técnicos em engenharia com e ducação secundária; 4 337 engenheiros por 4 047 técnicos.

32. A distribuição de escolas industriais e secundárias em 1963 era a seguinte:

<u>Federal</u>	<u>Estadual</u>	<u>Municipal</u>	<u>Particular</u>	<u>Total</u>
61	69	2	74	205

Essas escolas estão concentradas nas áreas mais desenvolvi das (principalmente em São Paulo) e, dos 372 municípios do Brasil, somente 79 têm escola industrial e 51 escolas agrícolas em suas áreas. A instrução técnica de nível ginásial visa a desenvolver habili dades comerciais além de habilidades básicas; o treino em nível cole gial tem em vista a formação de mecânicos, eletricitas, etc., com capacidade para mestres de oficina.

33. O corpo docente do setor industrial secundário é atual mente estimado em 5 000 pessoas, menos do que era em 1959 (6 000), havendo, entretanto, mais do dobro dos estudantes matriculados. A proporção de professor para estudante é ainda de 1,10% percentagem mu to alta e que só pode ser explicada, uma vez mais, pelo fato de que a maior parte dos professores não trabalha em tempo integral.

As informações sobre o corpo docente se referem indistinta mente a pessoal empregado, sem oferecer indicações sobre os equiva lentes de tempo integral. Menção especial deveria ser feita sobre a Escola Industrial de Curitiba, Paraná, onde se encontra um único cur so para a formação de professores industriais. Novos Centros serão estabelecidos pelo MEC em São Paulo e Porto Alegre, mais tarde no Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza. A assistência estrangeira, tanto em termos de Capital como de serviços, já foi requisitada e garanti da, pelo menos em parte, através de organizações internacionais e da USAID, Fundação Ford, Governo Francês e Alemão.

34. O ramo da agricultura no ensino secundário está sob a



égide do M. da Agricultura e vários projetos estão sendo considerados para expandir facilidades neste setor. Durante vários anos a questão vem sendo levantada a fim de que o Governo Federal transfira a responsabilidade da educação agrícola para o MEC. Contudo, embora não pareça que tal decisão esteja iminente, é nossa opinião que tal transferência deverá esperar até a reorganização da estrutura financeira, administrativa e pedagógica do MEC ser satisfatoriamente efetuada.

35. Embora o programa do SENAI (xxx) não seja formalmente um programa de educação secundária, é um fator vital na formação de pessoal industrial altamente qualificado. Neste campo seu sucesso é tal que o sistema foi adotado por outros países (Colômbia, Venezuela, etc.). Para melhor ilustrar a extensão de suas operações, verificamos que o SENAI gasta quase US\$ 20 milhões anuais em seus programas; é responsável diretamente pelo preparo de 30 mil alunos em suas próprias escolas; supervisiona o preparo de 40 mil aprendizes já trabalhando em empresas; dispõe de 1 500 instrutores e 1 500 empregados administrativos.

36. Vários projetos de nível secundário estão sendo efetuados, tanto no setor público como no particular, principalmente para o preparo de mestres de oficinas altamente qualificados; pelo que sabemos, nenhum plano neste campo sofreu atrasos por motivos financeiros. Este setor deverá ser considerado de muita prioridade para as finanças estrangeiras. Sabe-se que um justo projeto está sendo elaborado através da cooperação última entre o Governo Federal e autoridades estaduais (Direção do Ensino Técnico), o SENAI e agências interessadas, como: USAID, UNESCO e a Fundação Ford.

### Educação Superior

37. Educação Superior existe no Brasil há mais de um século, mas a estrutura foi limitada a escolas, faculdades e outras instituições autônomas. Desde 1931, ano em que foi estabelecida a primeira Universidade, mais trinta e seis foram criadas.

A maior parte tem a forma de um conjunto de faculdades que já existiam e que permanecem quase autônomas mesmo dentro dos moldes de uma Universidade. Há no Brasil 1400 cursos dados em 500 (xxx) instituições de nível superior, incluindo uma centena de escolas especializadas (escolas de enfermagem e serviço social). Cerca de 50% dessas instituições são particulares.

38. A situação da educação superior está melhorando consi-

deravelmente nestes últimos 10 anos; as matrículas têm sido dobradas, assim como o número de professores e instituições, porém há muito a ser feito em termos de qualidade e quantidade.

39. No fim de 1963, 121000 estudantes foram matriculados em escolas de nível superior; a tendência nos últimos anos, considerando-se o aumento sobre os anos anteriores, foi:

<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
5.3	6.1 em %	8.7	12.6

O plano do Governo fixa como sua meta para 1970 a matrícula de 300 000 estudantes, isto é, cerca de 3 por cada 1 000 habitantes ou quase 4% do grupo em idade correspondente, portanto, um aumento de 250% sobre os números de 1964. Presentemente, somente 1,5% da população de 20 a 24 anos está matriculada nas escolas de grau superior.

40. O número de 19 000 graduados em 1962 representa 17,7% dos estudantes matriculados durante o mesmo ano e é mais satisfatório do que em outros níveis educacionais. O desperdício é mais baixo em parte porque a maioria dos estudantes têm empregos e, portanto, condições econômicas não são a causa para evasão. Além disso, a seleção é tão severa antes de alcançar o nível universitário que a desistência está sendo eliminada. Nos últimos 10 anos uma média de 80% dos estudantes matriculados no nível superior saem graduados.

41. A distribuição dos matriculados nos cursos se encontra nos anexos 9 e 10 - durante o período 1959-1963; vê-se que, em 1963, 59% dos estudantes foram matriculados em artes, direito, economia, enquanto 34,4% somente foram para a engenharia, cursos industriais, medicina e similares atividades científicas, o que é praticamente equivalente a relação já existente em 1959 (37% e 58%).

42. Se é satisfatório notar que o número dos matriculados em engenharia aumentou 40% nos últimos 5 anos, nos outros ramos cifras indicam uma situação menos satisfatória, tais como o número de estudantes de medicina, o qual é 10 vezes mais alto do que dos estudantes matriculados em enfermagem; durante o mesmo período, o número de estudantes em agronomia dobrou, mas a importância da agricultura na economia brasileira requer normalmente um número 5 vezes maior do que o atual.

43. Em base regional, 2/3 dos estudantes matriculados estão localizados nos 4 estados mais ricos, tais como: São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

44. No fim de 1963 o corpo docente de nível superior era de cerca de 30 000, numa média de um professor para cada 4 estudantes (x), o que pode ser explicado pelo fato de que a maior parte dos professores não trabalha em tempo integral nos diferentes cursos de uma ou mais instituições. A grande proporção do trabalho não integral reflete os baixos salários e a falta de pessoal qualificado em número suficiente. A autonomia das faculdades também apresenta graves dificuldades para a administração das universidades a que estão anexas. A autonomia e a tradição de cadeiras auto-suficientes - com facilidades próprias, laboratórios, bibliotecas, etc., incluindo pessoal auxiliar e com professores fixos, resulta na multiplicação de custos sem relação proporcional aos matriculados. Um plano para formação de professores para educação superior (CAPES) já está sendo financiado pela assistência do Bando do Desenvolvimento Interamericano e a Fundação Ford.

45. Devemos mencionar, especialmente, a Universidade de Brasília, para a qual somas substanciais foram invertidas na construção de enormes edifícios (um é de 730 metros de comprimento) que não estão ainda prontos, sendo, portanto, inúteis. O programa previsto para esta universidade se baseia nas mesmas dificuldades que afetam Brasília em outros setores, especialmente de natureza política, e até que a situação seja resolvida nenhum investimento de capital (especialmente estrangeiro) será feito em futuro próximo para ampliar as facilidades universitárias existentes.

46. Há uma grande necessidade de maior coordenação entre as várias universidades do país (administrativas, financeiras e técnicas, bem como a especialização de professores, a troca de pessoal e o planejamento de atividades futuras, em geral. A missão foi informada de que um projeto está sendo preparado pelo MEC como o fim de submetê-lo à organização de assistência técnica internacional.

47. No setor agrícola há cinco agrônomos para cada técnico em agricultura, o que nos mostra que somente 3% dos agrônomos e 1% de veterinários são empregados por indústria particular. A lacuna aqui é grande, mas o problema é mais uma ausência do setor privado do que de fornecimento. Em números absolutos, 8 400 agrônomos e

---

(x) Na Grã-Bretanha é 1 professor para cada 10 estudantes

2 350 veterinários estão registrados no Ministério da Agricultura ,  
porém somente 7 200, aproximadamente, estão no exercício de suas  
profissões.

(quadro explicativo na página seguinte)

EMPREGO DE AGRÔNOMOS E VETERINÁRIOS

<u>Empregadores</u>	<u>Agrônomos</u> %	<u>Veterinários</u> %
Serviço Público Federal	30	44 (army)
Serviço Público Estadual	35	32
Professôres	15	17
Escritório Técnico Agropecuario (ETA) e Associação Brasileira pa ra Assistência Rural e Organiza ção de Crédito (ABCAR)	10	3
Instituições Autônomas	7	2
Setor Privado	3	1
	<hr/>	<hr/>
TOTAL	100	100
	=====	=====

Fonte: Ministério da Agricultura.

48. O número de formados durante a última década corres -  
pondeu a:

	<u>1955</u>	<u>1959</u>	<u>1963</u>
Agrônomos	261	223	469
Veterinários	143	138	166

O aumento de matrículas nos cursos de agronomia foi encorajado pelo Ministério da Agricultura que está dispendendo consideráveis quantias de seu orçamento no campo da educação em todos os níveis, e gastará ainda mais em 1965 (R\$ 10.626 milhões apenas para a educação superior).



## II. POTENCIAL HUMANO

49. Não há departamento especializado em potencial humano, nem levantamento permanente sobre a necessidade desse potencial no mercado brasileiro. Embora alguns questionários estejam sendo preenchidos por empregadores, contendo informações sobre o pessoal empregado (de acordo com o Ministério do Trabalho), ainda não foram recolhidos. Felizmente, os resultados do censo industrial e agrícola de 1950 e 1960 estão disponíveis e permitem a verificação de prováveis tendências na estrutura do potencial humano.

50. Outras fontes fidedignas de informação podem ser encontradas no setor especializado: nas atividades industriais, no SENAI e nos serviços sociais, especialmente no IAPI. Segundo essas fontes, o número de empreendimentos e de empregados no setor industrial foi o seguinte:

	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1964</u>
nº de empreendimentos	87 700	110 300	187 800
nº de empregados	1 175 000	1 510 000	2 660 000

Os números de 1964 correspondem aos empreendimentos registrados no IAPI e não incluem atividades de transporte. De acordo com o SENAI o número de operários empregados na indústria, no final de 1964, era de 3 500 000. Ao examinar a proporção de aumento encontrada nesses números, devemos considerar que esse aumento numérico se apresenta, também, devido ao fato de que os métodos do censo e do registro foram aperfeiçoados consideravelmente durante o período.

51. Foram realizados estudos sobre a distribuição dos operários segundo as diversas técnicas especializadas, entre os quais o do Prof. Italo Bologna, diretor do SENAI. Tudo indica que há grande falta de mestres de obras e oficinas, o que exige ação imediata (ver anexo 12); não há necessidade de levantamento mais extenso e custosos antes de agirmos nesse sentido.

52. Também sabemos que grande número de operários terão de ser treinados ou retreinados no futuro muito próximo, principalmente no setor de transportes. As companhias ferroviárias, por exemplo, sabem que muitos de seus 140.000 trabalhadores terão de ser preparados para

outra atividade e essas companhias já colocaram de lado, provavelmente com o auxílio Federal e Estadual, a quantia de 1 bilhão e meio de cruzeiros para essa finalidade, mas o programa ainda não foi iniciado.

53. Em agricultura, onde 60% da massa de trabalhadores ainda é empregada, o aumento dos empregos tem sido levemente superior ao aumento da população (41% contra 36,5%), embora o aumento da população tenha sido mais baixo na zona rural do que na zona urbana.

Os empregos em agricultura apresentam-se com a seguinte estrutura:

<u>Região</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>Porcentagem do aumento</u>
Norte	330,000	535,000	62
Nordeste	2,900,000	4,565,000	57
Leste	3,900,000	4,880,000	25
Sul	3,480,000	4,860,000	40
Centro-Oeste	<u>90,000</u>	<u>680,000</u>	<u>74</u>
	<u>11,000,000</u>	<u>15,520,000</u>	<u>41</u>

54. Para compreender o significado do aumento de empregos, devemos relacioná-lo com o nível de industrialização e grau de produtividade em cada região, por exemplo: embora o conjunto de tratores da década de 1950 tivesse aumentado de 8.400 para 63.500, mais de 44.000 das novas unidades concentraram-se no Sul. O emprego na agricultura tem mostrado benéfica tendência a aumentar e a migração das áreas rural para a urbana foi menos importante do que se imaginava.

55. Em resumo, a documentação básica e os dados estatísticos são por demais escassos num país que já atingiu o nível do Brasil, mas há considerável material disponível para análise que não está sendo adequadamente empregado e que poderia ser utilizado para o preparo de programas específicos de treinamento. Há necessidade de um órgão para análise do potencial humano, dirigido pelo Ministro do Planejamento ou do Trabalho, ou por um corpo autônomo composto de pequeno grupo de especialistas (5 ou 6) e de representantes dos empregados e empregadores. O trabalho realizado por tal unidade deveria ser feito em cooperação íntima e permanente com o Conselho Federal de Educação, a fim de permitir melhor ajustamento do programa educacional às necessidades de potencial humano; mais tarde semelhante unidades regionais também teriam de ser constituídas nos Estados mais industrializados, pelo menos em Minas e São Paulo.

III - INVESTIMENTOSInvestimentos Anteriores

56. A tendência dos gastos públicos, no campo da educação, para os últimos anos tem sido a que se segue:

	(em milhões de cruzeiros)		
	<u>1959</u>	<u>1961</u>	<u>1963</u>
Federal	13.016	26.821	70.100
Estadual	20.749	52.191	150.000
Municipal	<u>3.305</u>	<u>6.105</u>	<u>20.000</u> (a)
	<u>37.070</u>	<u>85.117</u>	<u>240.100</u>

Nota: Alguns gastos podem ter sido contados mais de uma vez.

a/ - Estimativa

Fontes: Ministérios de Finanças e Planejamento, Contador Geral da República e Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Para obter a despesa total nacional em educação no Brasil, a contribuição do setor privado (aproximadamente 20% a 30% da despesa pública) e da assistência externa (0,1% a 2% nas mesmas bases) devem ser acrescidas a estas importâncias.

57. No total das despesas públicas, a parte destinada à educação tem sido a seguinte (em bilhões de cruzeiros aos preços atuais): 1/

<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
8.05%	8.45%	9.08%	9.60%	8.45%	11.20%
(461)	(645)	(937)	(1581)	(2840)	(5360)

1/ Ministério da Fazenda: Contadoria Geral da República e Conselho Técnico de Economia e Finanças.

58. A última linha deste quadro indica o montante total de todos os gastos públicos, incluindo fundos especiais, tais como os para o café, etc... As cifras confirmam o fato de que houve um corte drástico em 1963, quando o orçamento federal para educação foi reduzido em 26%; por outro lado, a relativa alta cifra para 1964 poderá ter que ser reduzida a cerca de 10%, caso o corte de 23% das despesas federais em educação (ver Decreto nº 53 949, de 5 de junho de 1964) fôr efetivado.

59. Os gastos nacionais totais na educação, calculados nos

totais dos gastos públicos mais 25% representando a contribuição média dos setores privado e externo, podem convenientemente ser comparados ao GDP; a relação seguinte aparece no mesmo período de 6 anos (em bilhões).

<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
2,6	2.9	3.1	3.5	3.2	4.2
(1789)	(2386)	(3450)	(5419)	(9451)	(18000)

60. Os números GDP entre parênteses são em bilhões de cruzeiros nos preços atuais, sendo os cálculos para 1964 aqueles constantes do projeto, e é opinião da missão que eles estão superestimados. Embora um esforço esteja sendo feito nos diferentes níveis governamentais para o desenvolvimento de facilidades educacionais, há motivos para esperar que a relação apontada no quadro acima permanecerá abaixo de 4%. Também se GDP não está em Cr\$ 18, porém em Cr\$ 21, 5 bilhões, então esta relação será de 3,5%, uma cifra que mais provavelmente reflete a verdade.

61. Como a educação pública no Brasil é administrada em três diferentes níveis, é também necessário ver a parte das despesas naquele campo comparada aos gastos totais de cada um destes níveis da administração governamental (ver anexos 13 a 16). Precisa ser lembrado que a Lei de Diretrizes e Bases estipula que de toda a renda dos impostos (e não dos gastos totais) 12% deverá ser gasto no plano federal da educação e 20% nos planos estadual e municipal, porém a Lei foi somente aprovada em 1961 e não entrou em vigor antes do ano de 1963.

GASTOS EM EDUCAÇÃO COMO PERCENTAGEM DA RENDA DOS  
IMPOSTOS PÚBLICOS NOS DIFERENTES NÍVEIS GOVERNAMENTAIS.

(em porcentagens)

	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u> <sup>a/</sup>
Federal	9.4	9.2	9.6	11.2	8.3	11.4
Estadual	14.1	14.4	16.4	18.1	16.4 <sup>b/</sup>	18.5
Municipal	13.8	14.5	16.4	17.9	<sup>c/</sup>	18.5

<sup>a/</sup> - Estimativas da Missão

<sup>b/</sup> - Quatorze estados somente incluindo São Paulo, porém excluindo a Guanabara

<sup>c/</sup> - Não obtível em novembro de 1964.

62. A Missão provou ser impossível de estabelecer a exata distribuição dos gastos públicos em educação entre investimentos e gastos periódicos; a documentação disponível nos Ministérios da Educação e Fazenda, bem como plano estadual, não dão tal informação como regra. Algumas indicações são encontradas no orçamento anual, mas os atuais gastos terão que ser coletados em quase cada unidade educacional. As prestações de contas publicadas anualmente pelos governos dos diferentes Estados não distinguem entre investimento e despesas periódicas; quando o fazem, o critério que serve para cada categoria nem sempre é o mesmo; além disso, a aquisição de suprimentos e bens consumíveis e muitas vezes considerada investimento de capital e quinhões do orçamento são muitas vezes transferidos de uma parte para a outra.

63. Como dissemos anteriormente, 12% do rendimento do Imposto Federal - o total do rendimento em questão é calculado em cerca de 12% do GDP - será gasto em Educação. As somas a serem distribuídas pelo Governo Federal são canalizadas através de 3 fundos nacionais de Educação: primária, secundária e superior. Há fortes argumentos contra essa distribuição predeterminada de fundos. É evidente, por exemplo, que nas circunstâncias atuais maior quantia deve ser concedida à educação secundária e superior do que à educação primária; com efeito, as cifras orçamentárias indicam que essas necessidades e prioridades reais estão sendo reconhecidas. Seria desejável, contudo, tornar essa porcentagem optativa e obter a aprovação do Congresso para ela, cada ano.

<u>Fundos Nacionais para a Educação</u>	<u>Orçamentos</u>		<u>Por Lei a/</u>
	<u>1963</u>	<u>1964</u>	
	%	%	%
Primária	19,3	19,7	30
Secundária	24,7	23,8	30
Superior	36,4	44,4	30
Administrativa	<u>19,6</u>	<u>12,1</u>	<u>10</u>
TOTAL	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

a/ - Datado de dezembro de 1961, aplicado apenas em 1963 e anos seguintes.

64. Como porcentagem da despesa nacional, a distribuição para o corrente ano é a seguinte (obtida do Ministro do Planejamento):



<u>Primária</u>	<u>Secundária</u>	<u>Superior</u>	<u>Total</u>
36%	46%	20%	100%

65. Na administração da educação, a divisão da responsabilidade pelos diferentes níveis governamentais não segue um modelo de finido. Como mencionamos previamente, o Governo Federal distribui fundos aos Estados depois de analisar-lhes os pedidos e obter a aprovação do congresso; também distribui fundos diretamente às universidades e outros estabelecimentos educacionais autônomos, em quantias que figuram no Orçamento Federal. Os estados usam parte desses fundos juntamente com seus próprios recursos e distribuem outra fração às Municipalidades. Mas o controle e o processo do orçamento é de tal forma que os fundos são computados duas vezes, em nível Federal e Estadual, e às vezes três, em nível Municipal.

66. Sem planejamento e controle financeiro eficiente, tem sido praticamente impossível apoiar prioridades técnicas e econômicas. É evidente que houve muito desperdício com a construção de edifícios excessivamente luxuosos, principalmente em nível universitário, mas também em nível secundário e primário. Também houve erros como o encontrado durante um período em que o desenvolvimento econômico do país exigia mais mestres de oficina e obras, técnicos e operários altamente qualificados, mas o sistema de educação pública ainda expandia programas acadêmicos tradicionais.

67. O Plano Nacional Trienal de Educação, adotado em dezembro de 1962, tentava coordenar as prioridades em todos os níveis governamentais, mas foi abandonado na maioria de seus aspectos e não foi substituído por instrumento melhor. O novo plano inclui um capítulo sobre Educação que coloca ênfase nas prioridades do planejamento, controle financeiro, educação técnica, preparo de professores, etc., mas não tem caráter executivo e as autoridades em educação parecem ter ignorado o documento do Plano ao elaborarem seus programas.

#### Custo por Unidade

68. Devido às extremas discrepâncias entre as diferentes regiões do Brasil, o custo por aluno varia quase tanto quanto o rendimento per capita. É preciso ter, portanto, cautela ao examinar o significado dos números dados para o país em geral. Também, como não há distinção entre os investimentos reais de capital e as despesas periódicas, em nenhum nível, é praticamente impossível determinar tais

custos com exatidão. Contudo, diversas tentativas frutíferas foram realizadas para calcular o custo da educação no Brasil.

69. O Prof. J. R. Moreira chegou às seguintes cifras em 1961: educação primária, US\$ 14; educação secundária, US\$ 90; educação superior US\$ 850. No final de 1963, um perito internacional calculou respectivamente: US\$ 16, US\$ 120 e US\$ 980. Deve-se notar que em relação ao rendimento per capita e devido ao sistema prevalecente no Brasil, o custo da educação em nível primário é mais elevado nos Estados mais pobres (14%) do que nos mais ricos (10%).

70. Em educação primária, os algarismos brasileiros estão abaixo dos países semelhantes. A explicação para isso se encontra no nível muito baixo de salário pago aos professores; como esses salários representam 80% dos custos periódicos e a escala dos salários individuais pode variar de 1 a 50 (de acordo com a localização da escola, o número de alunos e de classes), o custo por unidade também pode variar muito.

71. O custo da educação secundária e superior por estudante está acima da média da América Latina; mas aqui novamente esse custo varia de um estado para o outro, ainda mais se considerarmos a diferença entre os setores público e privado. O estudante em escolas técnicas <sup>1/</sup> ou universidades públicas custa, respectivamente, duas ou cinco vezes mais do que numa instituição particular (em parte devido às elevadas despesas com a construção); pelo contrário, o custo de um estudante, com relação à educação secundária acadêmica, é cerca de duas vezes mais nas escolas particulares, em comparação com as públicas, o que pode ser explicado pela diferença de salários pagos aos professores, o número de horas por estudante e a proporção entre professores e estudantes.

#### Planos de Investimento

72. Os planos de investimento em educação, como surgem no Programa de Ação, baseiam-se no dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases, mas não se espera que os objetivos finais propostos para a educação, principalmente primária, sejam completados durante o período de planejamento. As metas a serem alcançadas em 1970 são as seguintes:

- (a) Educação Primária - matrícula de 11 milhões de crianças no grupo de idade 7 - 11; 3 milhões no grupo 12-14; ou 80% no grupo 7 - 14 anos; sendo o total calculado em 17,3 milhões.

---

<sup>1/</sup> - De acordo com levantamento do SENAI para os custos em 1962.

- (b) Educação Secundária - matrícula de 3 milhões de estudantes ou 21,5% do grupo de 12 a 18 anos, calculado em cerca de 13,9 milhões.
- (c) Educação Superior - matrícula de 300.000 estudantes ou uma proporção de 3.1.000 habitantes, o que significaria aumento de 50% sobre a proporção atual.

73. Os recursos dedicados à educação são substanciais em relação à produção nacional. As despesas totais para 1964 alcançaram provavelmente 750 bilhões de cruzeiros. Sendo o G.D.P. calculado em 18 trilhões de cruzeiros para o mesmo ano, o setor educacional receberia uma porcentagem de 4,2% (ou pouco mais do que a meta proposta em Punta del Este. A tabela seguinte foi fixada tendo por base os documentos preparados pelo Ministro do Planejamento durante o período 1964-1966. Para 1966 há o projeto de aumentar a porcentagem (em relação ao GDP) para 5,7%, que seria uma das mais elevadas no mundo, se alcançada. Considerando os resultados abaixo dos ideais obtidos com as despesas no setor de educação, principalmente no nível primário e as medidas necessárias para melhorar a eficácia desses gastos em todos os níveis, o aumento projetado para as despesas nos próximos um ou dois anos é difícil de ser justificado. Além do mais, as metas são indubitavelmente demasiado otimistas em relação ao progresso que pode ser esperado durante o curto prazo. A missão julga que nenhum aumento substancial dos investimentos e despesas deve ser permitido e, portanto, o investimento de capital em esfera federal deve limitar-se ao seu nível atual e não se deve esperar que aumentem os investimentos e despesas em educação (em mais de 26% entre 1964 a 1966 como estabelecia o Plano) mesmo nos estados mais industrializados, a não ser que o rendimento dos impostos aumente em proporção semelhante, o que parece muito pouco provável.

DESPESAS CONSOLIDADAS EM EDUCAÇÃO  
(Valor em bilhões de ₧ em junho de 1964)

	<u>1964</u>	<u>1965</u>	<u>1966</u>
Despesas Federais	232.4	335.6	469.9
Porcentagem do total	31.4%	35.2%	40.0%
Investimento de capital	147.4	145.1	171.4
Despesa Estadual	315.3	358.9	)
Porcentagem do total	41.7%	37.7%	)
			) 464.9
Despesa Municipal	51.3	53.8	)
Porcentagem do total	6.8%	5.6%	)
			) 40%
Setor Privado	147.8	157.3	167.3
Porcentagem do total	19.6%	16.5%	14.4%
Assistência Externa	3.9	47.7	60
Porcentagem do total	0.5%	5.0%	5.2%
	<u>750.7</u>	<u>953.3</u>	<u>1.162.1</u>
TOTAL	<u>750.7</u>	<u>953.3</u>	<u>1.162.1</u>
	100%	100%	100%
GDP em trilhões de ₧	18	19.08	20.22
Porcentagem do GDP	4.2%	5.0%	5.7%

74. Se concordarem que permaneça estável a atual relação de 4,2% do GDP, e presumindo que o GDP aumente durante os anos em velocidade média de 6%, as despesas totais nesse setor particular de vem ser as seguintes (em bilhões de ₧, segundo o valor corrente em junho de 1964):

<u>1964</u>	<u>1965</u>	<u>1966</u>	<u>1967</u>	<u>1968</u>	<u>1969</u>
750	800	850	900	950	1,010
18,000	19,080	20,220	21,430	22,720	24,080

Portanto, os cálculos do Plano para as despesas em Educação terão de diminuir de 20% a 25% no mínimo.

75. A futura distribuição dessas despesas entre investimentos de capital e despesas periódicas só pode ser calculado muito vagamente, porque não há indicação detalhada e específica de tal de crescimento no Plano ou nos serviços do Governo. Os cálculos seguintes, retirados do Programa de Ação e orçamentos, aplicam-se apenas

às despesas Federais. Entretanto, devemos recordar: que na esfera Federal e em todas as outras de governo, os investimentos comumente incluem a aquisição de suprimentos e outros bens consumíveis ; que as verbas do orçamento podem ser transferidas de um setor para o outro, aumentadas pelas "verbas extraordinárias" ou reduzidas por decretos Federais ou Estaduais.

DESPESAS FEDERAIS EM EDUCAÇÃO  
(em valor corrente em junho de 1964)

	<u>Em porcentagens</u>		
	<u>1964</u>	<u>1965</u>	<u>1966</u>
Investimentos de capital	63	43	36
Despesas periódicas	27	57	64
Total das Despesas Federais	100	100	100
Em bilhões de cruzeiros	(232)	(335)	(470)

Nota: - O orçamento de 1965, tal como foi submetido ao Congresso, dá distribuição diferente para o mesmo ano: 48,4% para investimentos e 51,6% para despesas periódicas, mas a diferença feita no orçamento entre investimento e despesas periódicas é mais difícil de ser aceita do que a do Plano.

76. Esses cálculos confirmam as proposições das autoridades de planejamento para que haja nítida modificação no programa de ação e para o melhor uso das facilidades existentes, assim como para a adoção de construções e equipamento menos caros - medidas que serão muito econômicas. A opinião da missão é a de que outras economias substanciais podem ser esperadas nos três níveis administrativos, não apenas para a elaboração de programas, mas também para a adoção de tempo integral e máxima utilização das facilidades existentes; também para contratos permanentes de maior número de professores. Tudo isso é discutido anteriormente sob o tópico Problemas Relativos ao Setor.

77. O Plano apresenta uma relação de projetos e indica a prioridade dada a cada um deles, mas não há dados relativos ao custo dos diferentes programas considerados, e em geral não há outra indicação além do número total do investimento para cada ano ; o esquema a ser seguido para a execução de cada projeto limita-se a uma distribuição entre os programas a serem completados: até 1966, até 1970 e sem limite de data.



## IV - PROBLEMAS RELATIVOS AO SETOR EDUCACIONAL

78. O problema fundamental no setor de educação reside na falta de planejamento adequado incluindo revisão do currículo e estabelecimento de elos mais íntimos com as necessidades do potencial humano do país e de programas mais eficientes; no preparo e suprimento de professores. Uma vez resolvidas essas amplas questões, será, então possível achar soluções e coordenações adequadas para outros problemas.

79. Muitos problemas específicos afetam o problema educacional tais como:

- a) a evasão de alunos; sua continuidade resulta num desperdício de dinheiro e potencial humano;
- b) a falta de professores adequadamente treinados e empregados numa base mais fixa;
- c) as prioridades dadas especialmente à educação acadêmica em vez de preparo técnico;
- d) a falta de relatórios das faculdades e consequentemente seu uso inadequado permitindo investimento desnecessários em novas instalações;
- e) a falta de programas específicos prontos para implementação e mais especificamente para avaliação (e eventualmente para financiamento) por organização nacional e internacional.

80. O controle fiscal do problema deverá ser feito em todos os 3 níveis do Governo - a preparação das metas, depois sua execução e supervisão e, finalmente o controle financeiro das despesas públicas essenciais em educação. Este alvo será difícil alcançar, porque a estrutura atual é quase centenária e tem se protegido com uma capa de tradicionalismo. Contudo, tal revisão terá que ser feita de tal maneira que não impeça a iniciativa regional ou seccional. Como a Lei já garante o mínimo de recursos a serem conferidos à educação, não deve haver receio de que tal revisão resulte em cortes de orçamento pois é mais provável que tais recursos sofram transferências úteis dentro do orçamento para a educação.

81. Os problemas financeiros daquele setor serão totalmente resolvidos pelo menos em alguns anos mais, pelo melhor uso de facilidades e recursos financeiros que resultarão da atual reforma. A matrícula de 100% de toda população em idade escolar é desejável sem dúvida mas não será alcançada em breve tempo mesmo se o financiemen-

to de tal expansão fôr garantido, simplesmente porque exigirá o preparo de cerca de 1/2 milhão de professores. Assistência financeira externa tem sido conseguida por razões sócio-políticas (particularmente no Nordeste) ou quando as prioridades reais foram ignoradas pela administração pública durante longo período de tempo (preparo técnico, pesquisa etc.). Ainda que consideremos valiosos certos investimentos em educação no Brasil, acreditamos que os problemas financeiros encontrados resultem em mais de uma distribuição inadequada, da falta de controle sobre os recursos do que mesmo do nível dos meses.

## V - RECOMENDAÇÕES

82. As recomendações de missão, baseadas no que foi observado e analisado durante sua permanência, são as seguintes:

### PLANEJAMENTO

83. Os três níveis do Governo mais o setor privado compartilham a responsabilidade de financiamento e direção do sistema educacional; a maior parte do tempo procedem independentemente, sem coordenação administrativa e técnica, o que conduz a desperdício considerável de recursos e tempo, e dá percentagem baixa de eficiência em todo o sistema. A responsabilidade sobre o planejamento geral deverá recair no órgão que tem a responsabilidade de elaborar o programa - o Conselho Federal - mas os Ministérios da Agricultura, Trabalho, Forças Armadas e Fazenda deverão estar representados na decisão de cúpula (o que pode ser conseguido com a representação adequada, através do M. do Planejamento).

84. Deve ser estabelecida imediatamente uma Unidade de planejamento dentro do Conselho, que deverá considerar os seguintes aspectos do sistema educacional:

(i) Programação para os diferentes ramos, sendo dada prioridade aos projetos de educação técnica, baseados em elementos já avaliados, relativos às necessidades do potencial humano; tais projetos deverão ser estabelecidos de tal modo que possam ser submetidos às organizações externas para financiamento eventual.

(ii) Financiamento, custo da análise e administração;

(iii) Preparo de professores para todos os níveis;

(iv) Estatística e análise de elementos estatísticos (matrícula, evasão etc.) e

(v) Estabelecimento de bases para um regime nacional de

educação, e assistência às autoridades regionais a fim de que esta -  
beleçam suas próprias bases de acordo com as linhas do regime nacio-  
nal.

### Contrôle Financeiro

85. Pelas mesmas razões, um regime adequado de controle fi-  
nanceiro e processo fiscal a ser observado em educação, em todos os  
níveis, deve ser estabelecido para incluir pelo menos o essencial ,  
sem impedir os esforços e iniciativas locais. Certamente será difí-  
cil completar em curto período de tempo as várias constituições den-  
tro do sistema federal e o status de muitas instituições autônomas (es-  
pecialmente as universidades) terá de ser levado em conta. Tal re-  
forma exige assistência técnica de fora e também requer ação para in-  
fluir sobre a opinião pública, especialmente entre os funcionários  
civis do Governo. Essa reforma resultará em: extensão da rede educa-  
cional, possibilidade de aperfeiçoar as condições de trabalho dos pro-  
fessores e empregados administrativos, obtenção de contribuições fi-  
nanceiras externas - êsses fatos deverão ser utilizados na campanha  
para mobilizar apoio para a ação reformadora.

### Investimento

86. O problema principal no financiamento da educação bra-  
sileira não é o de aumentar a proporção dos recursos naturais já dis-  
poníveis, mas onde adaptar o uso dêsses fundos mais intensamente às  
necessidades reais da economia, em termos de potencial humano quali-  
ficado. Qualquer medida tomada nessa direção será certamente um in-  
centivo tanto para as organizações brasileiras como as externas, li-  
gadas a êsse problema especial e ao seu financiamento.

### Educação Técnica

87. Na "linha de produção" do sistema educacional (quanto  
mais cedo melhor) deverá ser dada total prioridade à educação técni-  
ca, particularmente no nível secundário. Sem necessidade de mais e-  
xames, alguns programas chaves poderão ser preparados imediatamente e  
deverão ser iniciados dentro de um ano, com base em dados e necessi-  
dades já avaliadas e recomendadas. Chefes e assistentes de engenhei-  
ros, de arquitetos, de administradores, assim como contadores, enfer-  
meiras e outros auxiliares do corpo médico são de tal necessidade que  
não haverá perigo de excesso de produção dêsses elementos. SENAI e  
SENAC deverão estar intimamente associados na preparação e execução  
de tais projetos, pois os referidos órgãos já têm experiência nos ci

tados campos. Também a indústria e o setor agrícola devem aumentar seu índice de produtividade, a fim de enfrentar os padrões de exportação internacional e a competição de preços. A primeira medida a tomar será a prioridade dada ao aperfeiçoamento da produtividade do potencial humano, através de melhor preparo antes e durante o emprêgo. (xx) Não há necessidade de considerável investimento para alcançar tal objetivo, pois as instalações existentes não são usadas em sua capacidade total (especialmente em agricultura - XXX) podendo ser tais facilidades transferidas para outras áreas necessitadas; o esforço financeiro neste setor constará principalmente do aumento de salário dos professores. Esses deverão ser empregados em caráter mais permanente e ter um padrão melhor de vida. O aumento de seus salários pouco afetará o orçamento, se fôr adotado um sistema de horário integral, pois dêsse modo o número de professores atualmente nas folhas de pagamento poderá ser muito reduzido, mesmo se houver aumento de estudantes/horas.

#### 88. Professôres

O preparo de professores em todos os níveis, seu status profissional e padrão de vida requerem a adoção de medidas urgentes. Felizmente, pelo menos no nível superior a CADES já iniciou a análise das dificuldades atuais, organizando um programa concreto. Oxalá em outros níveis sejam tomadas as mesmas providências, especialmente no nível secundário (industrial e agrícola). No campo da educação deverá ser dada prioridade ao preparo e status dos professores, mesmo em relação a qualquer outro programa de investimento.

#### 89. Potencial Humano

A fim de assegurar um planejamento melhor da educação, entre outras razões, uma Unidade ou grupo de trabalho dedicado ao potencial humano deverá ser formado num futuro próximo. Como não há experiências no Brasil, neste campo particular, recomendaríamos que a assistência técnica estrangeira fôsse requisitada para auxiliar o governo a organizar tal entidade e a dirigi-la durante um ou dois anos após sua criação. Este órgão deverá ser preferencialmente colocado sob a custódia do Presidente da República (como uma autarquia) ou pelo menos sob a do Ministério do Planejamento, a fim de garantir sua liberdade no plano de ação e no nível em que tal planejamento for formulado. O grupo se comporia inicialmente de 5 ou 6 especialistas (2 poderão ser estrangeiros) e sua tarefa consistiria essencialmente em analisar os dados já

---

(XX) Veja anexo 12 e resumo das atividades do SENAI e preparo profissional

(XXX) Algumas instalações estão super equipadas (Curitiba, por ex.)

existentes e preparar elementos necessários ao planejamento, exigidos pela autoridade educativa tanto quanto por outra organização (isto é, pelo Ministério da Indústria, Agricultura, Trabalho e autoridades estaduais). Recomendamos também que antes da formação desse grupo de trabalho, sejam chamados representantes tanto dos empregados como das federações, para consultas; além disso o MEC deverá requerer imediatamente a CAPES o preparo de um resumo para ser apresentado ao Conselho de Ministros, sobre tal projeto.



## BRASIL - EDUCAÇÃO

## Resumo das atividades do SENAI

1. O SENAI foi fundado em 1942 pelo governo brasileiro, cabendo sua administração à Confederação Nacional de Indústria, que agrupa as diferentes federações dos empregados da indústria brasileira.

2. Por lei, o SENAI é responsável pela organização e direção de escolas, de aprendizagem industrial, em todo o país, e pelo preparo complementar e em serviço dos empregados nas indústrias. (Decreto nº 4048, 22/11/1962).

3. Além disso, o governo fixou as normas gerais do regime a ser aplicado pelo SENAI, através do Decr. nº 4073, 30/1/1964 que pode ser condensado nos seguintes itens:

a) o ensino de técnicas é uma obrigação dos empregadores para com os aprendizes que para eles trabalham;

b) os empregadores deverão ter um certo número de aprendizes trabalhando e aprendendo em cada uma de suas empresas, em base permanente;

c) os aprendizes receberão um salário e seu preparo será feito durante as horas normais de trabalho, em período de 1 a 4 anos, de acordo com a especialização;

d) em tais cursos, somente serão admitidos aqueles aprendizes que têm educação primária básica e aptidão física e mental; os cursos incluirão cultura técnica e geral.

4. O financiamento do SENAI é feito através da contribuição de todos os empregadores industriais registrados no IAPI, com o total de 1% sobre suas folhas de pagamento. Outros rendimentos são obtidos do próprio patrimônio da organização e de outras fontes, mas as contribuições dos empregadores representam 95% da receita anual do SENAI para 1963. As atividades do SENAI não estão sujeitas a tributação.

5. As despesas do SENAI são feitas onde os recursos foram colhidos e nas mesmas quantias, exceto para uma fração pequena que vai para a administração central (Departamento Nacional) e por frações usadas exclusivamente em programas de emergência nas áreas menos favorecidas.

6. A estrutura geral do SENAI consiste de um Conselho Nacional, encarregado da elaboração de um programa e de um Departamento nacional responsável pela ação executiva no nível federal; ambos têm con

trafações locais chamadas Conselhos Regionais e Departamentos, todos gozando de status autônomo.

7. Pelas razões mencionadas não há orçamento geral para o SENAI; entretanto, o Departamento Nacional prepara todos os anos uma "Demonstração Geral" que inclui todas as previsões orçamentárias regionais e nacionais, após aprovação pelo governo correspondente. Esta demonstração, junto com outros elementos financeiros é submetida ao Governo Federal em fins de novembro, para o ano seguinte.

8. O atual "orçamento global" é equivalente a cerca de 20 milhões de dólares; esta quantia tende a crescer com a média do salário industrial não somente em números absolutos (devido a inflação) mas também em valor constante. Contudo, os recursos do SENAI estão se tornando, ano após ano, mais inadequados para enfrentar as necessidades do desenvolvimento industrial. Como medida imediata o SENAI deveria ser autorizado a receber diretamente das contribuições dos empregadores, desse modo aumentaram seus recursos cerca de 20%; em 1963, nas agências coletoras (IAPI e similares) retiveram cerca de 2 bilhões de cruzeiros por seus serviços, isto é, quase 3 milhões de dólares segundo os valores de 1963.

9. Os requisitos atuais para preparo de pessoal na indústria comparados com os de anos anteriores, mostram as seguintes tendências:

- a) decréscimo da exigência de potencial humano não qualificado;
- b) aumento da exigência de potencial humano semi-qualificado;
- c) uma espécie de estagnação, em termos de quantidade, na exigência de potencial humano qualificado, especialmente por causa do aumento da mecanização (e algumas vezes automatização) da indústria;
- d) rápido aumento da exigência de pessoal altamente especializado e qualificado;

Todas essas tendências implicam no aumento de custas, em geral e por unidade numérica, portanto requerem mais recursos viáveis para o SENAI.

10. Em 1964, o SENAI manteve 117 escolas; 38 - em S. Paulo, 17 - R. de Janeiro, 15 - Minas Gerais, 10 - R.G. do Sul, outras nos demais estados.

11. Nesses estabelecimentos, foram ministrados 80% dos cursos; 361 em S. Paulo, 129 no R. de Janeiro, 13 em Minas, 68 no Rio Grande do Sul e as restantes 179 nos demais estados e territórios.

Esses cursos abrangem 120 diferentes ofícios ou habilidades.

12. As inscrições são:

a) - 40 000 alunos diretamente preparados em estabelecimentos do SENAI dêsses, 19 000 estão em S. Paulo, 87 000 no Rio de Janeiro 3 300, em Minas Gerais, 2 200 no Rio Grande do Sul os restantes 6 800 distribuídos nos 17 estados e territórios restantes.

b) - 40 000 aprendizes já trabalhando em empresas onde estão se preparando sob a supervisão do SENAI com distribuição semelhante as do item (a).

13. O corpo docente é, para todo o Brasil de 1 500 professores e instrutores, muitos deles trabalhando em base de tempo integral o que é excepcional no Brasil. Outros 1 500 pessoas trabalham na organização e administração.

14. Em fins de 1962 o Conselho Nacional concordou em rever substancialmente toda a organização e portanto adotou uma nova orientação que já está sendo aplicada nos diferentes níveis. Esta orientação inclui os seguintes pontos básicos:

a) prioridade total dada ao preparo em serviço contra preparo no SENAI ou outras escolas industriais;

b) atividades não serão limitados ao preparo de trabalhadores qualificados mas, ao contrário, prioridade será dada ao preparo de mestres, técnicos pessoal, administrativos e em geral a especialistas de nível secundário ou mesmo superior;

c) melhoria na utilização de práticas já existentes e exigências mais específicas prévias à aquisição ou edificação de qualquer nova instalação;

d) acordos com outras escolas ou instituições de certo nível ou tipos a fim de completar e melhorar os programas de preparo em serviço, em todo o país;

e) esforço também será feito, para aumentar as atividades em áreas menos favorecidas após estudo rápido mas cuidadoso das necessidades locais industriais.

15. Além do preparo de: (a) trabalhadores qualificados, (b) capatazes e outro pessoal, supervisor em níveis intermediários na linha de produção, e (c) técnico, tais como desenhistas industriais, especialistas em laboratórios etc. e outros empregados no planejamento da

produção, tais como superintendentes, empresários e similares. Um programa dessa natureza já está operando com sucesso no Rio de Janeiro, em cooperação com o Instituto de Administração e com a Universidade Católica. 6 cursos estão funcionando atualmente para cada 20 pessoas, custando (para o empregador) Cr\$ 240 000, ou aproximadamente Cr\$ 200 por pessoa, pelas 5 semanas de duração do curso.

16. A experiência do SENAI tem sido tão satisfatória dentro do conteúdo geral do desenvolvimento da indústria brasileira que o sistema foi mais ou menos copiado por outros países (Colômbia, Venezuela e mesmo o Chile, embora em menor escala). É opinião da missão que se algum programa particular de educação no Brasil fôsse selecionado para receber assistência de alguma organização externa, o SENAI ofereceria não somente referências administrativas melhores mas também experiência extremamente útil em seu campo técnico; seus programas são orientados a favor das melhores, mais rápidas e mais econômicas soluções do mais importante de todos os problemas educacionais do Brasil: o preparo de técnicos para o nível médio e superior. O SENAI deve ser encorajado a preparar programas específicos, capazes de receber assistência externa, especialmente no preparo de técnicos de nível secundário.



EDUCAÇÃO NO BRASILAUMENTO DAS MATRÍCULAS NOS DIFERENTES NÍVEISPeríodo de 1959 a 1964

(percentagem do aumento sobre o ano anterior)

<u>NÍVEL DE EDUCAÇÃO</u>	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
<b>I. PRIMÁRIA</b>						
1ª série	3.7	3.9	3.2	6.7	-	-
2ª "	4.2	6.1	4.7	8.5	-	-
3ª "	6.6	5.6	6.2	7.2	-	-
4ª "	9.2	9.9	6.0	9.1	-	-
5ª e 6ª séries 1/	-	-	-	-	-	-
Primária total	4.8	4.9	4.3	9.5	-	-
<b>II. SECUNDÁRIA</b>						
A. Acadêmica	-	9.7	10.6	11.9	15.9	9.8
1º ciclo	-	-	-	-	-	10.2
2º "	-	-	-	-	-	7.0
B. Industrial-Gin.	-	13.4	1.6	19.9	25.8	50.7
-Col.	-	26.5	75.7	16.7	36.5	36.1
C. Agrícola -Gin.	-	16.3	(-3.5)	9.1	9.0	22.6
-Col.	-	20.6	13.1	22.1	27.4	27.0
D. Comercial -Gin.	-	9.0	13.3	10.7	10.2	7.3
-Col.	-	6.9	12.1	10.5	7.7	5.9
E. Normal (total do Gin. e Col.)-	-	11.3	10.6	13.4	30.5	18.0
Secundária total	-	9.4	11.1	12.0	17.4	10.1



EDUCAÇÃO NO BRASIL

AUMENTO DAS MATRÍCULAS NOS DIFERENTES NÍVEIS

Período de 1959 a 1964

(percentagem do aumento sobre o ano anterior)

<u>NÍVEL DE EDUCAÇÃO</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
<b>III. SUPERIOR</b>				
Direito	6.0	1.0	11.1	7.8
Economia	12.4	13.4	14.2	25.1
Filosofia 2/	10.6	9.4	8.2	12.4
Medicina	0.7	0.5	4.6	1.1
Odontologia	7.2	-0.3	-0.3	2.3
Farmácia	7.6	31.8 <sup>3/</sup>	-16.7 <sup>3/</sup>	9.5
Engenharia	1.2	5.6	16.3	12.5
Arquitetura	-0.1	0.4	15.6	14.5
Agricultura	14.2	11.8	20.7	22.8
Veterinária	6.8	3.9	8.3	24.4
Administração	6.6	18.7	0.4	23.4
Educação Superior total	6.4	6.1	8.7	12.5

Notas: 1/ - O 5º e 6º anos foram completamente modificados em 1962.

2/ - Filosofia inclui letras e Pedagogia.

3/ - Modificação de programas e reagrupamento de Institutos.

Fontes: Ministério da Educação; Departamento de Estatística; CAPES; IBGE.

BRASIL

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

1962

Matrículas no final do ano  
por série e idade

<u>Idade</u>	<u>Total</u>	<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>	<u>4º ano</u>	<u>5º ano</u>	<u>6º ano</u>
Menos de 7 anos	129,069	128,822	245	1	1	-	-
7 anos	927,036	895,691	30,879	464	2	-	-
8 "	1,173,855	867,592	280,669	25,237	357	-	-
9 "	1,207,201	647,191	355,574	185,824	18,490	122	-
10 "	1,183,579	471,249	325,717	250,322	128,001	8,290	-
11 "	979,751	300,946	241,894	237,128	169,096	30,522	165
12 "	778,415	209,507	170,569	195,626	164,447	37,637	629
13 "	496,911	115,337	95,484	124,551	124,230	36,439	870
14 "	277,627	62,359	48,725	64,031	73,944	27,867	701
15 "	128,283	32,840	21,562	25,575	31,505	16,337	464
Maiores de 15 anos	<u>75,984</u>	<u>19,333</u>	<u>13,228</u>	<u>14,370</u>	<u>15,934</u>	<u>12,595</u>	<u>524</u>
TOTAL	7,357,711	3,750,867	1,584,546	1,123,129	726,007	169,809	3,353
Porcentagem	100%	51,0%	21,5%	15,3%	9,9%	2,3%	-

Fonte: MEC - Departamento de Estatístico - Nov. 1964

**IMPOSTO**  
**RENTAS FUNDIAS**  
**1950 - 1953**

Subscrito no início e no final de ano  
Linha Alameda por série e ano

Ano	Subscrito no início de ano					Subscrito no fim de ano					Subscrito *			
	1950	1951	1952	1953	1954	1950	1951	1952	1953	1954	1950	1951	1952	1953
10	2.702.041	2.041.406	2.002.420	6.120.976	6.390.377	2.142.173	2.222.076	2.422.079	2.511.280	2.760.907	1.072.020	1.222.280	1.222.280	1.216.426
20	1.402.281	1.000.000	1.422.000	1.000.000	1.422.371	1.200.004	1.204.774	1.207.050	1.422.420	1.204.540	600.073	504.224	1.000.000	1.000.000
30	1.000.000	1.000.000	1.122.077	1.200.000	1.000.000	600.000	600.000	600.000	1.044.727	1.122.120	600.004	600.000	722.720	722.720
40	222.000	600.000	722.000	722.000	222.304	600.000	672.000	622.000	600.000	722.000	422.520	622.000	722.720	672.000
50	42.000	42.000	22.000	34.000	22.000	37.250	41.000	25.770	30.520	100.000	21.427	25.070	22.000	20.000
60	-	-	-	-	4.004	-	-	-	-	2.222	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.322.322</b>	<b>4.663.406</b>	<b>4.546.517</b>	<b>13.865.376</b>	<b>14.035.051</b>	<b>4.342.177</b>	<b>4.426.850</b>	<b>4.629.129</b>	<b>4.933.700</b>	<b>5.287.547</b>	<b>2.294.624</b>	<b>2.346.504</b>	<b>2.922.720</b>	<b>2.922.720</b>
<b>Sub</b>	<b>6.222.322</b>	<b>4.663.406</b>	<b>4.546.517</b>	<b>13.865.376</b>	<b>14.035.051</b>	<b>4.342.177</b>	<b>4.426.850</b>	<b>4.629.129</b>	<b>4.933.700</b>	<b>5.287.547</b>	<b>2.294.624</b>	<b>2.346.504</b>	<b>2.922.720</b>	<b>2.922.720</b>

**Imposto** Ministério da Fazenda e Cultura - Departamento de Estatística - Novembro de 1954.

\* 1950 - Valor ainda não conhecido

6/22/54

1/54



EDUCAÇÃO SECUNDÁRIABRASIL

- Distribuição de escolas, corpo docente -  
 - Matrículas no princípio do ano -  
 - Diplomados no final do ano prévio -  
 1959 - 1964

	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
<u>TOTAL</u>						
Escolas	6,348	6,767	7,267	7,254	7,858	8,593
Corpo Docente	86,937	94,136	102,370	106,174	120,577	-
Matrículas no início do ano (cargo)	1,076,201	1,177,427	1,308,044	1,464,361	1,719,624	1,892,724
Diplomados no final do ano anterior (des.)	149,767	167,576	179,156	200,571	218,557	-

CICLOSSECUNDÁRIO ACADÊMICO

Escolas	3,435	3,698	4,015	4,057	4,374	4,773
Corpo Docente	53,384	58,296	63,974	67,118	74,526	-
Matrículas no início do ano (cargo)	791,690	868,178	960,489	1,074,813	1,246,005	1,368,134
Diplomados no final do ano anterior (des.)	99,693	110,557	121,369	135,698	149,333	-

PROFESSORES

Escolas	1,744	1,835	1,953	1,779	1,925	2,163
Corpo Docente	73,717	22,551	24,157	22,902	27,562	-
Matrículas no início do ano (cargo)	199,985	218,522	247,186	275,714	324,954	349,193
Diplomados no final do ano anterior (des.)	28,902	32,078	35,048	39,310	41,870	-

TERMINAMENTO DE PROVAÇÕES

Escolas	1,149	1,234	1,319	1,418	1,559	1,657
Corpo Docente	12,701	13,389	14,239	15,074	16,489	-
Matrículas no início do ano (cargo)	81,526	90,727	100,369	113,834	148,585	175,397
Diplomados no final do ano anterior (des.)	21,172	20,940	22,739	25,563	27,354	-

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

10/12/64

## BRASIL

ANEXO 5

Distribuição de Matrículas e Diplomados em Nível Secundário1963

<u>Tipos e Ciclos</u>	<u>Matrículas - início do ano</u>			<u>Matrículas - final do ano</u>			<u>Diplomados</u>		
	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Partic.</u>	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Partic.</u>	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Partic.</u>
Secundário-G.	1.089.778	454.561	635.217	1.007.339	417.007	590.332	140.212	52.067	88.145
-C.	156.307	83.115	73.192	133.947	68.831	65.116	29.867	13.505	16.362
Industrial-G.	36.546	32.277	4.269	33.835	29.900	3.935	3.737	3.341	396
-C.	18.807	4.904	13.823	16.283	4.402	11.881	1.625	388	1.237
Agricultura-G.	5.865	5.645	220	5.492	5.275	217	811	811	-
-C.	2.442	2.442	-	2.297	2.297	-	505	505	-
Comércio -G.	152.139	19.774	132.365	130.651	16.510	114.141	17.957	1.635	16.322
-C.	109.115	15.727	93.388	94.672	12.685	81.987	23.934	2.640	21.294
Normal -G.	38.700	27.262	11.438	35.409	24.627	10.782	5.880	3.675	2.205
-C.	109.885	48.725	61.160	103.947	45.204	58.743	25.806	10.722	15.084
Belas Artes-C.	40	26	14	19	12	7			
<b>Total</b>	<b>1.719.624</b>	<b>694.538</b>	<b>1.025.086</b>	<b>1.563.891</b>	<b>626.750</b>	<b>937.141</b>	<b>250.334</b>	<b>89.239</b>	<b>161.045</b>

FONTE: - Ministério da Educação e Cultura (Resultados Preliminares)

8/12/964



BRASILDISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES E MATRÍCULAS EM 1964  
EM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA

<u>Tipos e Ciclos</u>	<u>( Nº de Classes )</u>			<u>( Matrícula Inicial )</u>		
	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Privado</u>	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Privado</u>
Secundário - G.	3,886	1,250	2,636	1,200,935	544,155	656,780
C.	897	381	506	167,199	95,144	72,055
Industrial - G.	177	140	37	46,127	40,965	5,162
C.	154	78	76	22,692	7,051	15,641
Agrícola - G.	56	52	4	7,193	6,850	343
C.	35	35	-	3,102	3,102	-
Comercial - G.	735	107	628	155,217	23,041	132,176
C.	1,064	185	819	114,819	18,953	95,866
Normal - G.	445	295	150	44,212	31,353	12,859
C.	1,212	419	793	131,185	60,187	70,998
Belas Artes - C.	2	1	1	43	24	19
TOTAIS	8,593	2,943	5,650	1,892,724	830,825	1,061,899

Fontes: Ministério da Educação e Cultura

(Resultados preliminares até 25/11/64).

BRASILDISTRIBUIÇÃO DE CLASSES E PROFESSORES EM NÍVEL SECUNDÁRIO

<u>Tipos e Ciclos</u>	<u>1963</u> (N <sup>o</sup> de Classes)			(Professores)		
	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Privado</u>	<u>Total</u>	<u>Público</u>	<u>Privado</u>
Secundário G.	3,713	1,164	2,549	59,637	25,885	33,752
C.	892	375	517	14,550	6,226	8,323
Industrial G.	162	139	23	3,071	3,543	428
C.	148	77	68	2,077	1,431	1,646
Agrícola - G.	49	46	3	714	626	26
C.	33	23	-	967	837	-
Comercial G.	744	107	637	8,984	1,315	7,669
C.	924	175	809	10,634	1,833	8,801
"Normal" G.	465	296	149	4,120	3,717	1,403
C.	1,171	405	766	14,369	6,100	8,269
Belas Artes C.	2	1	1	15	9	6
<b>Totais</b>	<b>8,340</b>	<b>2,808</b>	<b>5,532</b>	<b>120,577</b>	<b>52,457</b>	<b>68,120</b>

FONTE : MEC

(Resultados preliminares até 25/11/64)

2/12/64

## BRASIL

## ANUÁRIO EXTRA-ANUAL

CENSO DEBENTE E ALGUNS MATRÍCULADOS DOS SETORES COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E RURAL, SEGURO E CENSO

ADMINISTRATIVO, A REPRODUÇÃO ADMINISTRATIVA E O CENSO

ESPECIFICAÇÃO	Setor Comercial					Setor Industrial					Setor Agrícola					Setor Rural				
	1950	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
<b>CENSO DEBENTE</b>																				
<b>SEGURO E CENSO RUA</b>																				
<b>Setor</b>																				
Total .....	6.224	6.682	7.443	7.700	8.544	8.031	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803	8.803
De Sexo feminino ....	1.004	1.076	2.303	2.376	2.730	2.134	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700
<b>Setor</b>																				
Total .....	1.340	6.084	8.344	8.500	8.300	1.043	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300
De Sexo feminino ....	1.304	1.304	1.304	1.304	1.304	98	97	121	151	170	63	70	91	89	70	6.330	6.777	7.400	8.000	8.300
<b>SEGURO A REPRODUÇÃO</b>																				
<b>Setor</b>																				
Total .....	189	84	211	207	85	2.434	2.400	2.434	1.700	1.070	600	600	703	604	610	97	100	110	110	85
De Sexo feminino ....	20	15	27	32	24	780	710	770	330	201	130	131	130	140	161	80	37	63	63	42
<b>Setor</b>																				
Total .....	633	810	1.000	1.137	1.515	1.700	2.770	2.310	2.303	2.300	387	483	600	300	304	4.014	4.004	4.000	4.000	4.000
De Sexo feminino ....	114	230	270	315	410	1.300	1.300	1.000	1.000	800	50	60	60	60	60	1.000	1.700	1.700	1.700	1.700
<b>Setor</b>																				
Total .....	603	782	800	1.000	1.334	130	-	-	-	20	-	-	-	-	20	700	800	811	817	801
De Sexo feminino ....	311	220	203	200	200	63	-	-	-	10	-	-	-	-	0	600	100	100	100	100
<b>Setor</b>																				
Total .....	1340	2.620	3.470	3.610	3.610	770	810	8.040	1.040	1.100	24	24	24	20	20	6.000	7.000	7.000	8.000	8.000
De Sexo feminino ....	200	2.000	1.300	1.300	1.300	100	131	143	160	200	-	-	-	0	0	4.000	6.000	6.000	8.000	8.000
<b>Total Geral</b>																				
Total .....	14.370	15.300	16.700	17.000	18.040	6.000	6.070	6.704	6.800	910	1.070	1.202	900	1.077	1.030	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000
De Sexo feminino ....	2.000	2.200	2.300	2.300	2.300	2.131	1.110	1.550	1.500	100	110	102	100	100	100	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
<b>SEGURO A REPRODUÇÃO</b>																				
<b>Setor</b>																				
Total .....	16.000	16.070	16.014	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
De Sexo feminino ....	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000

(Continua ...)





**EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**  
**Número de Classes por Cursos, 1959-1963**

<u>Cursos</u>	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
Administração - Pública & Privada ..	6	9	10	9	14
Agricultura .....	12	12	12	15	17
Administração de terras .....	-	-	-	1	1
Arquitetura .....	7	7	7	9	9
Economia Doméstica .....	1	2	1	1	1
Artes .....	88	97	101	109	95
Biblioteconomia .....	6	8	9	9	10
Diplomacia .....	1	1	1	2	1
Direito .....	47	55	57	59	61
Economia .....	65	70	73	81	87
Educação Física .....	8	8	8	8	10
Enfermagem .....	-	-	-	40	39
Engenharia .....	81	87	87	98	96
Engenharia Química .....	-	-	-	-	-
Estatística .....	2	2	2	2	2
Farmácia .....	21	21	23	22	22
Filosofia (inclusive Pedagogia) ....	502	586	684	742	752
Jornalismo .....	11	11	12	14	14
Medicina .....	26	28	31	31	35
Museologia .....	1	1	1	1	1
Nutricionismo .....	-	-	-	4	4
Odontologia .....	33	34	37	37	38
Psicologia .....	-	-	-	5	7
Química Industrial .....	4	5	4	4	4
Serviços de Transporte .....	3	-	1	2	1
Serviços Sociais .....	25	25	28	30	33
Ciência Política e Social .....	-	-	-	-	3
Veterinária .....	8	8	8	8	12
Serviços Sanitários .....	37	38	39	-	-
	996	1,115	1,236	1,343	1,369

Cursos de Aperfeiçoamento

Administração - Pública & Privada ..	-	1	1	1	1
Belas Artes .....	-	9	7	9	12
Direito .....	7	8	8	9	7
Economia .....	-	-	1	5	1
Educação Física .....	5	4	6	5	3
Enfermagem .....	-	-	-	8	5
Engenharia .....	2	3	4	2	4
Estatística .....	-	1	1	1	1
Filosofia (inclusive Pedagogia) ....	8	16	18	29	23
Saúde Pública .....	9	13	9	6	9
Medicina .....	2	2	6	4	4
Polícia Civil .....	3	4	4	7	7
Psicologia .....	-	-	-	2	3
Ciência Política e Social .....	-	-	-	-	1
Planejamento Urbano .....	3	3	3	3	3
Farmácia .....	1	1	-	-	-
Jornalismo .....	-	1	-	-	-
Serviços Sanitários .....	10	10	11	-	-
	50	76	79	91	84
	=====	=====	=====	=====	=====



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL  
Número de Professores por Cursos, 1959-1963

<u>Cursos</u>	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
Administração - Pública & Privada ..	133	163	193	196	296
Agricultura .....	449	465	471	556	629
Administração de Terras .....	-	-	-	21	21
Arquitetura .....	375	371	421	468	506
Economia Doméstica .....	25	31	27	30	24
Artes .....	560	729	833	827	846
Biblioteconomia .....	57	68	87	96	124
Diplomacia .....	16	16	17	18	19
Direito .....	1,101	1,270	1,352	1,556	1,710
Economia .....	1,314	1,445	1,492	1,622	1,994
Educação Física .....	231	208	229	246	303
Enfermagem .....	-	-	-	1,352	1,255
Engenharia .....	4,297	4,783	5,521	5,755	6,151
Engenharia Química .....	-	-	-	-	-
Estatística .....	44	47	47	44	43
Farmácia .....	374	424	430	476	663
Filosofia (inclusive Pedagogia) ....	4,684	5,879	6,276	7,173	7,591
Jornalismo .....	159	158	168	186	255
Medicina .....	1,518	1,727	1,872	2,164	3,414
Museologia .....	11	10	12	11	12
Nutricionismo .....	-	-	-	74	85
Odontologia .....	803	949	952	1,199	1,492
Psicologia .....	-	-	-	79	83
Química Industrial .....	103	118	117	125	121
Serviços de Transportes .....	29	-	4	21	12
Serviços Sociais .....	613	576	606	623	706
Ciência Política e Social .....	-	-	-	-	62
Veterinária .....	215	246	252	295	342
Serviços Sanitários .....	1,326	1,381	1,417	-	-
	<u>18,637</u>	<u>21,064</u>	<u>22,796</u>	<u>25,213</u>	<u>28,759</u>

Cursos de Aperfeiçoamento

Administração - Pública & Privada..	-	6	9	9	13
Belas Artes .....	-	26	56	55	62
Direito .....	79	87	76	111	97
Economia .....	-	-	15	13	13
Educação Física .....	103	43	166	110	103
Enfermagem .....	-	-	-	90	62
Engenharia .....	23	35	54	26	43
Estatística .....	-	16	10	8	8
Filosofia (inclusive Pedagogia) ....	62	101	156	141	120
Saúde Pública .....	133	291	293	247	320
Medicina .....	19	20	62	45	80
Polícia Civil .....	38	54	36	97	83
Psicologia .....	-	-	-	8	20
Ciência Política e Social .....	-	-	-	-	13
Planejamento Urbano .....	26	27	22	29	30
Farmácia .....	3	3	-	-	-
Jornalismo .....	-	4	-	-	-
Serviços Sanitários .....	140	135	127	-	-
	<u>626</u>	<u>848</u>	<u>1,082</u>	<u>989</u>	<u>1,067</u>
	=====	=====	=====	=====	=====

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASILNÚMERO DE ESTUDANTES POR CURSOS, 1959 - 1963

<u>CURSOS</u>	<u>1959</u>	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>
Administração - Pública & Privada	848	904	1,073	1,077	1,329
Agrícola .....	1,696	1,956	2,165	2,614	3,210
Administração de Terras .....	-	-	-	44	33
Arquitetura .....	1,595	1,589	1,646	1,909	2,178
Economia Doméstica .....	68	132	89	91	86
Artes .....	2,596	2,813	3,353	2,360	2,119
Bibliotecologia .....	157	232	351	461	613
Diplomacia .....	33	29	36	59	59
Direito .....	21,977	23,293	23,519	26,140	28,164
Economia .....	7,059	7,934	8,998	10,275	12,858
Educação Física .....	795	645	544	582	689
Enfermagem .....	-	-	-	1,358	1,128
Engenharia .....	10,696	10,821	11,423	13,286	14,947
Engenharia Química .....	-	-	-	-	167
Estatística .....	243	267	189	204	333
Farmácia .....	1,711	1,841	2,427	2,021	2,212
Filosofia (inclusive Pedagogia) ..	18,453	20,418	22,330	24,170	27,157
Jornalismo .....	466	490	517	689	937
Medicina .....	10,248	10,316	10,365	10,838	11,960
Museologia .....	35	77	60	71	64
Nutricionismo .....	-	-	-	262	337
Odontologia .....	5,217	5,591	5,572	5,552	5,680
Psicologia .....	-	-	-	566	626
Química Industrial .....	163	159	201	159	153
Serviço de Transportes .....	96	-	15	25	6
Serviços Sociais .....	1,253	1,289	1,578	1,800	2,496
Ciência Política e Social .....	-	-	-	-	266
Veterinária .....	751	802	833	902	1,122
Serviços Sanitários .....	1,507	1,624	1,608	-	-
	<u>87,603</u>	<u>93,202</u>	<u>98,892</u>	<u>107,309</u>	<u>120,759</u>

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Administração - Pública e Privada	-	43	51	46	60
Belas Artes .....	-	85	75	72	77
Direito .....	700	740	599	716	598
Economia .....	-	-	76	151	191
Educação Física .....	95	156	155	183	122
Enfermagem .....	-	-	-	81	66
Engenharia .....	89	126	114	39	197
Estatística .....	-	16	22	25	15
Filosofia (inclusive Pedagogia) ..	305	500	729	771	694
Saúde Pública .....	161	184	123	101	155
Medicina .....	21	28	110	81	109
Polícia Civil .....	135	160	177	203	229
Psicologia .....	-	-	-	35	129
Ciência Política e Social .....	-	-	-	-	46
Planejamento Urbano .....	83	71	87	78	63
Farmácia .....	11	7	-	-	-
Jornalismo .....	-	119	-	-	-
Serviços Sanitários .....	383	354	371	-	-
	<u>1,983</u>	<u>2,489</u>	<u>2,689</u>	<u>2,584</u>	<u>2,661</u>



BRASIL  
EDUCAÇÃO SUPERIOR  
DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES POR CURSOS  
1933 - 1934

CURSOS	1933	1934	Aumento durante o Período
Científicos	38.6% (32,077)	34.4% (41,622)	30% (9,545)
Artísticos	57.8% (50,619)	59.0% (71,321)	41% (20,702)
Ciências Sociais	4.0% (3,495)	4.8% (5,852)	58% (2,357)
Outros	1.6% (1,412)	2.0% (2,424)	72% (1,012)
Total	100% 87,603	100% 120,969	32% 33,366

1) Ver também anexo 11 - A

## BRASIL

## EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO POTENCIAL HUMANO NO ESTADO DE S. PAULO

1960 - 1963

Categorias do Pessoal	1960		1961		1962		1963		% do aumento				por ano
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	1960	1961	1962	1963	
Engenheiros (nível superior)	3 318	0,33	3,475	0,34	3,893	0,38	4,337	0,37	4,7	12,0	11,5	10,0	
Técnicos (nível secundário)	3 390	0,34	3,986	0,38	3,713	0,35	4,847	0,39	8,0	3,5	9,0	7,7	
Operários Especializados	187 871	18,38	190,371	18,36	205,458	19,23	223 298	19,53	4,8	4,8	8,6	6,3	
Semi - especializados	515 361	52,18	540,186	53,18	588,821	53,06	631,893	53,06	4,8	4,9	9,0	6,9	
Operários manuais	146 302	15,19	150,268	14,78	156,136	14,62	171,878	14,66	2,7	3,8	10,0	5,9	
Adm. e outros	113 070	11,67	122 328	12,04	132 209	12,33	147 506	12,53	8,2	8,2	11,5	10,2	
TOTAL	960 212	100,00	1 016 416	100,00	1 068 351	100,00	1 172 649	100,00	4,8	6,1	9,7	6,6	

Fonte: Departamento Regional do IBGE em S. Paulo

reproduzido no relatório publicado pelo Prof. J. Bologna, Set. 1964.



BRASIL

DESPESAS DO MEC E RENDIMENTOS DOS IMPOSTOS

<u>Anos</u>	<u>1954 - 1964</u>		<u>IMPOSTO FEDERAL</u>	<u>Porcentagem</u>
	<u>MEC</u>	<u>Despesas</u>		
		<u>Rendimentos</u>		
1954 . . . . .	3,087	37,011	8.3%	
1955 . . . . .	3,988	47,968	8.2%	
1956 . . . . .	4,087	60,366	6.6%	
1957 . . . . .	6,330	72,188	8.6%	
1958 . . . . .	9,308	97,779	9.5%	
1959 . . . . .	13,016	132,693	9.4%	
1960 . . . . .	18,030	194,384	9.2%	
1961 . . . . .	26,821	280,130	9.6%	
1962 . . . . .	49,361	441,178	11.2%	
1963 . . . . .	70,097	846,000 1/	8.3%	
1964 . . . . .	265,614 2/	1,800,000 1/	11.4%	

Notas : 1/ - Estimativa da Missão  
2/ - Cálculo do Orçamento

Fonte - Ministério da Educação e Fazenda (novembro - 1964)



**BRASIL**  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO DAS DESPESAS FEDERAIS EM EDUCAÇÃO

1959 - 1963

Lugar de pagamento	(De 1 000 cruzeiros ao valor corrente)				
	1959	1960	1961	1962	1963
Amazonas	36.536	59.065	69.022	97.082	169.037
Pará	79.944	212.720	566.641	1.050.306	1.324.633
Maranhão	49.914	77.520	101.448	158.486	265.626
Piauí	25.364	51.297	65.003	83.799	142.440
Ceará	367.069	600.465	916.298	1.344.332	2.483.329
Rio G. de Norte	16.169	32.638	147.127	488.779	822.457
Paraíba	25.530	42.894	170.980	702.824	929.301
Pernambuco	677.951	1.003.246	1.655.974	2.147.112	3.499.182
Alagoas	28.351	53.695	68.256	479.701	712.964
Sergipe	14.698	49.599	76.331	113.958	153.280
Bahia	590.180	924.132	1.238.942	1.657.316	2.095.660
Minas Gerais	737.277	1.267.923	1.482.037	3.305.793	4.335.156
Espirito Santo	28.321	52.303	75.406	581.721	730.595
Rio de Janeiro	85.370	184.434	289.288	704.407	1.683.939
Guanabara and Fed. Dist.	8.941.347	11.122.447	16.544.414	30.219.192	42.089.187
São Paulo	139.022	224.814	251.129	630.899	984.874
Paraná	371.640	680.156	963.815	1.730.456	2.198.837
S. Catarina	28.223	53.228	67.036	468.808	713.224
Rio G. do Sul	761.205	1.244.918	1.823.541	2.868.021	3.914.011
Mato Grosso	12.658	31.531	51.119	86.483	122.664
Goiás	32.349	96.220	192.661	435.725	722.251
Bolsas de estudo no ex- trangeiro					
NEW YORK	4.175	4.806	4.708	5.381	4.276
T O T A I S	33.016.273	18.029.848	26.821.176	49.360.580	70.096.904

Fontes: Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Estatística

Despesas federais com a educação  
Além do Ministério da Educação e Cultura  
 (em milhões de cruzeiros)

	<u>1964 1/</u>			<u>1965 1/</u>		
	<u>Nível de Educação</u>			<u>Nível de Educação</u>		
<u>Outras Ministérios</u>	<u>Primário</u>	<u>Secundário</u>	<u>Superior</u>	<u>Primário</u>	<u>Secundário</u>	<u>Superior</u>
Marinha . . . . .	337	865	105	674	1.730	253
Aeronáutica . . . . .	10	13	1.978 2/	33	25	6.610 2/
Exército . . . . .	30	2.536	1.906 3/	-	4.671	4.018
Agricultura . . . . .	7.344	14.076	4.481	8.000	-	10.626
Justiça e Interior . . . .	120	732	-	120	1.525	-
Relações exteriores . . . .	-	-	-	-	-	120
Saúde . . . . .	-	-	-	-	-	3.293
<u>Outros</u>						
Com. Vale São Francisco..	115	314	20	860	540	50
Valer. Peon. Amazonas (SPVEA)	827	391	383	1.125	313	227
SPUDENE . . . . .	600	200	2.000	-	200	2.000
SPVEFSB (Sudoeste) . . . .	80	130	11	-	-	-
Dept. Adm. dos Serviços pú- blicos . . . . .	-	-	353	-	-	691

Notas: O total não foi fornecido porque os elementos estão incompletos, são, contudo, necessários para explicar as diferenças entre os orçamentos e os cálculos do plano.

1/ Cálculos do orçamento para 1964 e 1965

2/ Inclui I.T.A. de S. Paulo

3/ Inclui 15,5 milhões de cruzeiros para a Escola Superior

4/ O Ministério gastou aproximadamente 700 000 dólares em 1964 em bolsas de estudos para o estrangeiro; e cerca de 200 milhões de cruzeiros com contribuições para vários programas ou organizações direta ou indiretamente interessadas em educação.







